

EDITORIAL

Escreve o professor Luiz Antônio Simas no livro “Flecha no Tempo”: o contrário da vida não é a morte, mas o desencanto.

Permanecer um adulto encantado com o mundo, com as ruas, com as pessoas, consigo mesmo e, especialmente, com as crianças, é essencial para se manter esperançoso. Manter a esperança é vital para continuar fazendo o que fazemos: incidir na luta contra a desigualdade tendo a comunicação como ato político.

Por isso, negar qualquer coisa para São Cosme e São Damião (e Doum) e para as crianças está mais que proibido por aqui. Abrimos as portas e janelas para a alegria, para o sorriso, para a esperança.

Vestidos de vermelho, verde e branco, nos agarramos ao encantamento que tentam tirar de nós, quando olhamos os mais de 100 dias sem aulas por conta da violência, a desigualdade de oportunidades para os atletas de favela ou a construção de um muro para “garantir a segurança” ninguém sabe muito bem de quem.

Nós nos prendemos ao sorriso de Kaillany, nos inspiramos na luta dos educadores e no trabalho de quem mobiliza os mareenses na garantia dos direitos básicos, como a moradia e a saúde mental.

Com vento e com valentia.



Agradecemos aos meninos João Pedro e Peterson, a mãe Denise e a loja Nyllon (Rua Guanabara, Parque União) pela participação e colaboração nas fotos da matéria “Doces contra a intolerância”, capa desta edição.

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é distribuído mensalmente nas 16 favelas da Maré. Também é possível garantir um exemplar do jornal nos equipamentos da Redes da Maré, associações de moradores, unidades de saúde e educação. Se por acaso não encontrar, entre em contato conosco via WhatsApp: (21) 97271-9410. Acesse também todo esse conteúdo em nossas redes sociais @maredenoticias e no site www.mareonline.com.br

CHARGE - NANDO MOTTA



EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da **maré**

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré

EDITORA EXECUTIVA E
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Jéssica Pires

EDITORA
Ana Paula Lisboa

FOTOGRAFIA
Affonso Dalua
Patrick Marinho

COLABORARAM NESTA
EDIÇÃO
Adriana Pavlova
Andreza Paulo
Hélio Euclides - Mtb 29919/RJ
Jéssica Pires
Jorge Melo
Julia Bruce
Luana Domingos
Millena Ventura
Teresa Santos
Thaís Cavalcante

REVISÃO
Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO
Affonso Dalua

DIAGRAMAÇÃO
Affonso Dalua

IMPRESSÃO
Gráfica Tribuna

TIRAGEM
50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO
REPRESENTAM A OPINIÃO
DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO
DOS TEXTOS, DESDE QUE
CITADA A FONTE.

ACOMPANHE O
MARÉ DE NOTÍCIAS
NA INTERNET!



DEBATE COM CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR

28 de setembro (quinta-feira), às 18h30, no Galpão RITMA | Rede de Inovação Tecnológica da Maré (Rua Teixeira Ribeiro, 521 - Nova Holanda).

VOTE PELAS CRIANÇAS E PELOS ADOLESCENTES

A importância das eleições para Conselheiro Tutelar na Maré

ANDREZZA PAULO E TERESA SANTOS

Quem acha que em 2023 não haverá eleição precisa saber que, no dia 1º de outubro, ocorrerá um pleito importantíssimo: a escolha dos conselheiros tutelares. A participação da população da Maré é fundamental para eleger representantes das 16 favelas no Conselho Tutelar de Bonsucesso, que abrange Bonsucesso, Cidade Universitária, Complexo da Maré e Manguinhos (Leopoldo Bulhões). A última eleição teve apenas 1.628 votantes.

O Conselho Tutelar foi criado em 1990, junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e é definido no documento como uma entidade autônoma, vinculada ao município. O desconhecimento do papel do órgão gera equívocos em relação à sua função. Um dos mais comuns é de que o Conselho Tutelar só atua em casos de violência e negligência de crianças e adolescentes. Na verdade, a atuação dos conselheiros é ampla e visa garantir também direitos básicos, como

educação e saúde.

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), são mais de 30 mil conselheiros em 6 mil conselhos tutelares, eleitos pela comunidade de cada região, a cada quatro anos.

EQUILÍBRIO

Liane Maria Braga da Silveira é pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) e uma das coordenadoras e organizadoras do livro *Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente* (Editora Fiocruz e EAD/ENSP).

Segundo ela, “o conselheiro situa-se num lugar mais próximo à sociedade, mas, ao mesmo tempo, dialoga com a justiça. É neste equilíbrio que mora a importância fundamental da participação da sociedade na escolha dos conselheiros tutelares”.

Na prática, é função do conselheiro tutelar assegurar-se de que as crianças



Conselhos tutelares devem ser acionados pelo cidadão em diversas situações

e os adolescentes tenham seus direitos assegurados pela família, pela comunidade, pela sociedade e pelo poder público. Ele fiscaliza instituições que prestam atendimento a crianças e adolescentes e também pode fazer visitas domiciliares (programadas ou de surpresa) quando recebe denúncias de violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono etc.

GARANTIA DE DIREITOS

O órgão também pode e deve ser acionado em situações nas quais o cidadão precisa da intervenção para fazer valer seus direitos. Assistida pelo Conselho Tutelar de Bonsucesso, **Natália Amanda** é moradora da Nova Holanda e conta que os conselheiros a auxiliaram em momentos muito difíceis.

“Minha casa pegou fogo em 2018 e eles me ajudaram com tudo. Conseguiram vagas nas escolas, atendimento no posto de saúde, cesta básica, e ainda encaminharam a gente para tirar documentos e nos inscreveram no Bolsa Família”, conta.

DESAFIOS

Lidiane Malanquini, assistente social e articuladora da área de Incidência Política da Redes da Maré, defende que deveria ser criado um Conselho Tutelar que abrangesse apenas a Maré, por conta da sua dimensão e seus mais de 140 mil moradores. Desta forma, os conselheiros conseguiriam fazer melhor o seu trabalho de acolhimento, atendimento, articulação e prevenção às violências e negligências.

“Nesta estrutura de Conselho Tutelar que atende a uma população muito maior que a sua capacidade, fica difícil a gente pensar numa garantia de direitos da criança e do adolescente efetiva a essa população”, afirma Lidiane.

Embora os desafios sejam grandes, **Jader Cruz**, que é conselheiro tutelar desde 2020 e atende a área da Maré, não desanima: “A ideia de me sentir útil na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes me motiva demais. É impossível descrever a alegria de ajudar uma família através do conselho.” diz ele, orgulhoso da sua missão de vida.

SAIBA QUEM SÃO OS CANDIDATOS:

- 489 ANA CRISTINA DA SILVA
- 491 CARLA CRISTINA MENEZES DANTAS
- 493 DANIELLE FLORÊNCIO DA CRUZ
- 498 JADER FAGUNDES DA CRUZ
- 500 JONATAN PEIXOTO DE CASTRO
- 503 LUANA SANTANA BARBOSA
- 504 MARIA ELIZÂNGELA DA SILVA VIANA
- 506 PAULO ROBERTO DIAS BONIFÁCIO
- 509 SILVIO DE BRITTO ALVES
- 510 SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA SILVA
- 511 SUELLEN DA SILVA RODRIGUES
- 512 VANIA MESSIAS DO NASCIMENTO PIMENTEL

A violência que freia a aprendizagem

Desde 2016, as escolas públicas da Maré já fecharam 132 dias por conta de operações policiais e confrontos

ADRIANA PAVLOVA E HÉLIO EUCLIDES

O protocolo de suspensão das aulas do Curso Pré-Vestibular (CPV) da Redes da Maré para momentos de conflito é ativado enquanto alunos correm para se proteger dos tiros, e os professores tentar resguardar os estudantes do terror gerado pelo confronto armado nas ruas dos territórios. Essas situações, infelizmente corriqueiras ilustram uma das faces mais perversas da violência na Maré: os prejuízos na educação dos moradores, quer eles estudem ou não dentro do território.

Coordenadora do CPV, Luana Silveira se jogou no chão da Casa das Mulheres, no Parque União, para proteger seu corpo e o da aluna que estava com ela, quando o barulho ensurdecedor dos tiros vindos do helicóptero da Polícia Civil interrompeu

um evento sobre os impactos da violência na vida das mulheres mareenses. Parecia ter voltado à infância, no fim dos anos 1990, na casa na Rua Nova, Parque Rubens Vaz, quando sua mãe a escondia junto com os irmãos debaixo da cama para fugir das rajadas de tiros.

Perto dali, na Biblioteca Lima Barreto, na Nova Holanda, o professor da turma Atuários do Futuro do CPV, com 24 alunos, parou a aula para acalmar os jovens surpreendidos pelas balas. Os celulares começaram a tocar com mães e pais assustados, querendo notícias. Luana passou a monitorar, pelo telefone, a situação dos alunos. Mais de 200 pré-vestibulandos perderam as revisões naquele dia 14 de abril.

Presidente do Grêmio do CIEP 326 Professor César Pernetta, Mari Knupp, 16



Só este ano são 14 dias sem abrir as escolas na Maré

anos, estudante do Ensino Médio, não teve aulas de biologia e química durante um mês, no primeiro semestre de 2023, por conta de operações policiais. As matérias nunca foram repostas. Já **Jane Trajano**, orientadora da Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) do CIEP Ministro Gustavo Capanema, em 32 anos dando aulas na Maré, sabe que em dia de operação ou confrontos, mesmo que a escola abra à noite, a frequência de estudantes é baixíssima e os que vão seguem em estado de alerta.

Na casa de Gabrielle Silvestre, na Nova Holanda, dia de operação policial na Maré é sinônimo de filhos sem aulas, atraso no aprendizado, pais tensos para sair para o trabalho e corrida pela rua, sob medo, até a casa da avó, para deixar as crianças, ainda que o mais velho, Luiz Felipe, de 13 anos, não estude na Maré e sim na Escola Municipal

Berlim, em Ramos.

Segundo o Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, da Redes da Maré, de 2016 a julho de 2023 foram 132 dias de escolas fechadas. Só este ano, aconteceram 16 operações policiais, com 14 dias de colégios sem abrir, impactando a rotina de cerca de 20 mil estudantes dos territórios.

PREJUÍZO INEGÁVEL

Nem sempre as 50 escolas públicas são fechadas ao mesmo tempo, mas a vida dos alunos e dos profissionais de educação — a saúde física e mental de cada um deles — é abalada de forma inegável, atrasando a aprendizagem de gerações de estudantes mareenses.

“As operações são traumáticas, não tem como pai e mãe sair para trabalhar e deixar os filhos sozinhos. Muitos relatam a invasão de suas casas. Para aprendizagem, é um dia muito difícil, tudo fica agitado. A gente



Fechamento de escolas gera atrasos na aprendizagem dos estudantes mareenses

precisa estar ali — não é um ato heroico, porque sabemos como o espaço da escola é necessário aos alunos”, diz **Jane Trajano**.

Ela analisa a situação, dizendo que é fruto da “complexidade do ensino e a ausência de investimento na segurança pública. Parece que segurança pública e educação não dialogam. E ficamos à mercê das situações”, diz ela.

AÇÕES CONJUGADAS

A Carta para a Educação da Maré joga luz na violência que altera o dia a dia dos estudantes e educadores da Maré, com recomendações ao poder público para a ampliação do direito ao estudo no território.

Uma das sugestões do documento elaborado pelos cerca de 300 participantes do 4º Seminário de Educação da Maré é a necessidade de ações conjugadas entre os governos estadual e municipal.

Segundo **Maykon Sardinha**, coordenador do Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, a segurança pública no Rio de Janeiro teve uma sensível piora desde 2019, com a extinção da Secretaria Estadual de Segurança e do Conselho Estadual de Segurança Pública.

“Rompeu-se por completo a participação cidadã na construção das políticas de segurança pública. Desde então, os governadores Wilson Witzel e Cláudio Castro promoveram uma ineficiente política de enfrentamento bélico ao crime organizado nas favelas. Não existe ação articulada entre os governos no campo da segurança pública”, analisa Maykon.

DESRESPEITO À ADPF

Acrescente-se o fato de as operações ignorarem determinações da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (a ADPF das Favelas), de 2017, que prevê que a ação policial não pode ser realizada próxima às escolas.

Procurada para comentar as recomendações da Carta para a Educação da Maré sobre violência e educação, a assessoria de imprensa da Secretaria

de Estado de Polícia Militar disse, em nota, que “as ações da Corporação em comunidades do estado, entre as quais as localizadas no Complexo da Maré, são previamente comunicadas às secretarias de Saúde e Educação, como também ao Ministério Público do Rio de Janeiro, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).”

Já o secretário municipal de Educação, **Renan Ferreirinha**, confirmou que existe uma tentativa de comunicação com a Polícia Militar (que, nas palavras dele, “não acontece de maneira ideal”) para que horários escolares e o entorno das escolas sejam preservados. O próprio secretário se espanta com a necessidade de monitoramento de confrontos próximos às escolas:

“A SME faz uma análise diária, na Maré e em outras comunidades, da situação dos confrontos, para saber se é possível ter aulas. É surreal que essa prática seja parte da rotina de uma secretaria de Educação. A gente tem um projeto pedagógico complexo e completo, bem elaborado, que, infelizmente, é impactado frequentemente pela rotina de confrontos armados”, disse o secretário.

COMITÊ

Para minimizar os efeitos da violência, a subsecretária de Planejamento e Ações Estratégicas da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, **Myrian Medeiros**, anunciou que em breve diretores das quatro escolas estaduais da Maré passarão por treinamento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

“Eles serão inseridos nos programas Acesso Mais Seguro e Comportamento Mais Seguro, que fazem parte de ações de segurança e paz nas escolas em fase de implantação. Assim vamos entender melhor a situação da região e das escolas em dia de operação”, explicou ela.

Para que as 42 recomendações da Carta para a Educação da Maré sejam amplamente conhecidas, no

dia 14 de setembro, às 15h, o Eixo de Educação da Redes da Maré apresentará o documento no Centro de Artes da Maré.



Ações próximas a escolas descumprem a ADF das Favelas

Propostas da Carta para a Educação da Maré:

1. Garantir condições para efetivar os 200 dias letivos.
2. Promover a ampliação de diálogo entre educação e segurança pública, para romper o repetido ciclo de impedimento de funcionamento das escolas por conta de operações policiais em horário escolar. Governos estadual e municipal devem trabalhar de forma articulada para pôr fim a essa e outras violações de direitos.
3. Incorporar e considerar no planejamento do cotidiano escolar os impactos da (in)segurança pública no processo de escolarização. Criar ações de apoio psicológico e de planejamento pedagógico durante e após as situações de conflitos armados e operações policiais.

DOCES CONTRA A INTOLERÂNCIA

Tradição no dia de São Cosme e São Damião é arma na luta contra o racismo religioso e pela resistência cultural favelada

ANDREZZA PAULO, LUANA DOMINGOS E MILLENA VENTURA (CENTRO DE ARTES DA MARÉ E CASA PRETA DA MARÉ)

“Tia, tá dando doce?” Essa é uma pergunta comum no dia 27 de setembro pelas ruas das 16 favelas da Maré. Crianças e adultos com mochilas nas costas seguem em peregrinação em busca de alguém que esteja “dando doce”. A oferta de saquinhos estampados com a imagem de São Cosme e São Damião e cheios de gostosuras no dia de comemoração dos santos gêmeos é uma prática tradicional carioca, especialmente das favelas e do subúrbio.

Na Maré, a tradição continua viva — mas, segundo relatos, sem a força que antes carregava, o que pode ser explicado pelo alto número de desempregados, o aumento do preço dos doces, os reflexos da pandemia e pela diminuição do número de espaços de religiosidade afro-brasileira na favela.

ALEGRIA E FÉ

Entregar doces pode ter os mais variados motivos, uma vez que é uma data comemorativa em diversas religiões. Uma das razões mais comuns para a prática é o cumprimento de promessas para os santos.

Os gêmeos (cujos nomes verdadeiros eram Acta e Passio) eram médicos sírios que atendiam gratui-



Entrega de doces de São Cosme e São Damião resiste à gerações na favela e leva alegria para as crianças da Maré a vida. A comemoração se dá por meio de festas com a oferta do tradicional caruru, um prato que tem como ingredientes principais quiabo, camarão seco e azeite de dendê.

tamente, como sinal de fé em Jesus Cristo. Curavam os enfermos não só com o conhecimento médico como também com orações e milagres.

Devido à perseguição aos cristãos na época, os médicos foram decapitados em 27 de setembro, provavelmente entre os anos 287 e 303. Tanto eles quanto seus três irmãos e sua mãe se tornaram mártires, reverenciados tanto pela Igreja Católica como pela Ortodoxa.

São Cosme e São Damião são os patronos dos médicos e farmacêuticos, e sua relação com a medicina fez com as orações daqueles que precisam de bênçãos

SINCRETISMO

No Brasil, o culto aos santos foi introduzido pelos portugueses. O sincretismo religioso os relacionou aos Erês na umbanda e ao orixá Ibeji no candomblé. Segundo historiadores, a devoção marcante principalmente no Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife vem de dois fatos: um grande número de irmandades católicas e a presença forte de religiões de matrizes africanas nessas cidades.

No candomblé, o mês de setembro é de celebração aos Ibeji, orixás gêmeos que simbolizam o nascimento e

a vida. A comemoração se dá por meio de festas com a oferta do tradicional caruru, um prato que tem como ingredientes principais quiabo, camarão seco e azeite de dendê.

Na umbanda, a data tem sentido parecido, pois é o momento da Ibejada, a legião de êres (crianças) que trazem alegria. O Doum é a criança no meio dos santos que aparece em algumas imagens.

SORRISO INFANTIL

Há também aqueles que oferecem doces para manter tradições familiares ou apenas ter o prazer de ver uma criança sorrindo. A celebração da infância, da

saúde e da vida aparece com frequência, provando que a data tem um sentido maior, que vai além da distribuição dos saquinhos.

Um dos pontos de entrega de doces na Maré é o do coletivo Papo de Laje. Ricardo Xavier, de 28 anos, é um dos criadores do coletivo e morador da Vila dos Pinheiros. “Todo ano eu entrego doces no Ilê Asé Oyá Inã, onde sou filho de santo, e na porta da minha casa. Com o Coletivo Papo de Laje, distribuímos saquinhos em parceria com projetos que atendem crianças na Maré.”

Cristina Martins, de 51 anos, moradora da Nova Holanda, conta que no passado a data era muito importante para as crianças da favela. “Minha avó distribuía saquinhos todo dia 27 de setembro, e depois essa tradição continuou com a minha mãe.

Ela se lembra da “Praça do Valão com filas quilométricas de crianças para receber o seu doce, que era dado com muito carinho e devoção a Cosme e Damião”.

Ricardo também entende a importância da entrega dos saquinhos para as crianças: “Isso resgata a alegria que diariamente é tirada das nossas crianças. Elas são diretamente impactadas por toda questão política que existe dentro do nosso território. Levar doces para elas é fazer com que elas lembrem que onde moramos é também lugar de alegria e paz.”

RESISTÊNCIA

Ricardo e Cristina são enfáticos ao descrever o preconceito existente quanto à oferta de doces, muitas vezes associada pelos intolerantes como sendo “práticas malignas”. Esse tipo de postura não é pontual: ele vem crescendo em todo o Brasil.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, nos últimos dois anos houve um aumento de 45% de crimes em razão da religião, sendo praticantes daquelas de matriz africana as maiores vítimas.

Em 2020, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) contabilizou mais de 1.300 casos notificados de intolerância religiosa. Esse cenário contraria a Constituição Federal, que assegura o direito à fé e ao exercício pleno da religião por todos os brasileiros.

Mesmo que a Lei nº 11.635/2007 tenha instituído nacionalmente o 21 de janeiro como o Dia de Combate à Intolerância Religiosa, poucos avanços aconteceram na prática. Apenas em 2023, o crime de intolerância religiosa foi equiparado ao crime de racismo.

A data presta uma homenagem à memória da Iyalorixá Mãe Gilda, do terreiro Axé Abassá de Ogum, na Bahia. Seus problemas de saúde se agravaram depois de ser física e verbalmente agredida por seguidores da Assembleia de Deus dentro de seu próprio terreiro. Mãe Gilda de Ogum morreu aos 65 anos, vítima de um infarto fulminante.

RACISMO RELIGIOSO

É importante ressaltar que o preconceito contra religiões de matrizes africanas nasce de um lugar diferente daquele onde surgem os que atingem outras religiões. O racismo religioso é aquele contra as religiões que tem raízes africanas e, conseqüentemente negras, e é caracterizado pela extrema violência.

Ele se manifesta de diferentes formas: agressões a adeptos dessas re-

ligiões, depredação de espaços religiosos, negação de direitos, impedimento de regularização de espaços de manifestação de fé e até mesmo prevaricação (quando funcionários do Estado se negam a registrar e investigar denúncias de intolerância religiosa).

A entrega de saquinhos de doces no dia de São Cosme e São Damião se torna, assim, uma prática de resistência cultural e religiosa. O eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades da Redes da Maré vem, desde 2020, realizando atividades no dia 27 de setembro, buscando aumentar o diálogo sobre o tema e fortalecer práticas culturais faveladas.

Em 2021, mais de 50 pessoas se reuniram na Lona Cultural Hebert Vianna, na Nova Maré, para um diálogo inter-religioso sobre racismo e possibilidades de superação, com um encerramento festivo com apresentação de Sabrina Sant’anna em um espetáculo de dança afro como um elemento de celebração da vida.

COMO DENUNCIAR

Um dos desafios ao combate do racismo religioso é a subnotificação dos casos. Se você foi vítima ou testemunha de algum caso, saiba onde denunciar.

Disque intolerância - OAB/RJ

Telefone: 2272-6150.

email: ccire@oabrj.org.br -

Prefeitura do Rio

WhatsApp: (21) 3460-1746

Central de Atendimento ao Cidadão: 1746

Rua Afonso Cavalcanti, 455 — Cidade Nova

Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI)

Telefones: 2333-3629 / 2333-3633 / 98596-7309

Rua do Lavradio, 155 — Centro

Maré de Direitos

Telefone: 99924-6462



Especial Saúde Mental

THAÍS CAVALCANTE

Neste especial, falaremos sobre saúde mental para que todas as pessoas saibam que não estão sozinhas — seja cuidando de si, acompanhando algum familiar ou amigo no cuidado psicológico, ou ainda atuando no território, contribuindo para a melhoria da saúde da população, tratando suas questões psicológicas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), “saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade. A saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais”.

O Setembro Amarelo é uma campanha que nasceu em 2014 no Brasil, lançada pelo Centro de Valorização da Vida (CVV), o Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). O mês foi escolhido por ser o 10 de setembro o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

Por isso, essa é a hora e o espaço para mostrar a importância do cuidado psicológico e da prevenção ao adoecimento mental.

AFFONSO DALUA



O psicólogo Douglas Santos foi atendido pelo projeto e voltou anos depois, agora do outro lado

PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Conheça a importância de conversar abertamente sobre a saúde mental

Não só fisicamente, todos nós estamos suscetíveis ao adoecimento mental em algum momento da vida. Por isso, precisamos falar sobre isso com amigos, familiares, com pessoas de confiança e profissionais de saúde. Para garantir esse suporte, os serviços públicos de apoio psicológico têm que estar acessíveis e disponíveis.

Durante a pandemia de covid-19, a OMS se preocupou com as questões de saúde mental que surgiram em todo o mundo. A saúde

mental no Brasil é um direito previsto em lei.

Mas durante a pandemia a postura negacionista do então governo Bolsonaro e a falta de investimentos em saúde impediram a continuidade de serviços públicos voltados para a saúde tanto física como mental.

No território, a pronta ação de projetos e coletivos fez a diferença nesse período. Um estudo divulgado na revista online BMJ Global Health mostrou como o projeto Conexão Saúde: De Olho na Covid desempenhou um papel importante na diminuição das taxas de mortalidade e de letalidade da doença na Maré.

Houve uma redução de 46% na taxa de mortalidade e, com a testagem em massa, aumento em 23% dos casos notificados de covid-19 no território (possibilitando tratamento rápi-

do para os moradores) em comparação a outras favelas.

A iniciativa, que durou de junho de 2020 a março de 2022, envolveu testes rápidos, atendimento médico e psicológico online, orientação para isolamento domiciliar seguro e ações de comunicação no território, com ênfase no combate à desinformação.

Já são três anos desde o início da pandemia, e precisamos buscar o tempo de cuidado perdido. O Setembro Amarelo é o mês da prevenção ao suicídio e é a maior campanha antiestigma do mundo, reforçando que o cuidado com a saúde mental pode salvar vidas — ela não é fraqueza ou “coisa de rico”.

Doenças como depressão, ansiedade, estresse e as síndromes de Burnout (esgotamento emocional motivado por trabalho excessivo) e do pânico são muito comuns em moradores de favelas. Então, vamos falar sobre isso?



O Espaço Ser conta com sete psicólogos parceiros e faz cerca de 65 atendimentos todo mês

AFFONSO DALUA

A LUTA DIÁRIA PARA MANTER A SAÚDE MENTAL

Como a força comunitária dentro das favelas da Maré transformou realidades

A população de favela vive desigualdades e sofrimentos cotidianos, muitas vezes motivados pela violência. E o agravamento desta dura realidade se mostrou ainda mais desafiador quando o inimigo era invisível.

A pesquisa da organização Movimentos, Coronavírus nas Favelas: a Desigualdade e o Racismo sem Máscaras, mostrou como a pandemia de covid-19 piorou a ansiedade, a tristeza e a insônia dos moradores dos territórios. O estudo também reforça que não é papel de coletivos e organizações prover a assistência em saúde, e sim um dever do Estado.

A psicóloga **Hévelin Vasques**, nascida no Parque União, coordena o Espaço Ser, projeto de atendimento psicológico criado com apoio do pastor Sérgio Mota, da 1ª Igreja Batista no Parque União.

Como membro da igreja, ela faz a ponte entre pacientes e psicólogos, que cobram um valor simbólico, para garantir o compromisso do paciente com o serviço e pagar o profissional. “A gente sabe que ainda existe

um preconceito muito grande sobre o assunto, mas vejo que as igrejas e as pessoas estão mais abertas. Os líderes estão permitindo falar sobre saúde mental dentro desses espaços. Na Maré, por exemplo, as pessoas são mais abertas para esse assunto, principalmente os adolescentes”, diz.

Embora a sala de atendimento seja anexa à igreja, o projeto é independente e frequentado por pessoas de todas as religiões. “A fé tem um papel importante na vida do ser humano e, ao profissional de psicologia, não cabe o julgamento do paciente”, afirma Hévelin.

A articulação local fez a diferença num conjunto de favelas tão grande quanto a Maré. Quando a tendência de automutilação entre jovens começou a crescer, clínicas da família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Maré (NASF) e o Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (CAPSi II) se uniram para apoiar os pacientes.

O Espaço Ser conta com sete psicólogos parceiros e faz cerca de 65 atendimentos todo mês. As consultas começam às 8h e podem terminar às 22h.



Doenças como depressão, ansiedade e estresse são comuns em moradores de favela



Estudo mostrou como a pandemia aumentou a tristeza e ansiedade dos moradores

Quem chegou como paciente para cuidar da depressão, anos atrás, foi **Douglas Santos**, morador do Parque União: “Foi bem difícil esse período, eu entendia que era uma doença séria e sabia que não podia negligenciar. Tive que ser corajoso e vi como falar pode ser transformador.”

Também fizeram diferença para ele a medicação, amigos, uma rotina de exercícios físicos, leitura, banhos de sol, sono regulado e alimentação saudável. Quando se formou psicólogo, Douglas voltou ao projeto, agora do outro lado. Há dois meses ele divide sua rotina entre seu trabalho à noite e os atendimentos psicológicos durante o dia: “Minha volta foi muito simbólica, até me emocionei. Hoje estou fazendo algo que no passado fizeram por mim.”

Os problemas mentais são desencadeados por uma situação específica ou por uma combinação de fatores. A violência no território pode ser um agravante, como mostra a Pesquisa Construindo Pontes (2021), realizada pelas organizações Redes da Maré e People’s Palace Project, do Reino Unido.

Um a cada três adultos da favela tem sua saúde mental afetada pelos conflitos armados. Somam-se a este

fator o histórico familiar, o racismo, a LGBTfobia, e o desemprego, além de traumas e demais problemas sociais, físicos e psicológicos que aumentam as chances de adoecimento mental da população. Como consequência deste cenário, há o aumento dos quadros de ansiedade e do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Os moradores da Maré não estavam sozinhos para encarar essa realidade durante a pandemia. **Marluce da Mata** entrou como voluntária na startup social SAS Brasil em 2020 e hoje é coordenadora de Saúde Mental da instituição. Durante dois anos de pandemia ela atendeu, por meio de consultas online, moradores da Maré pelo projeto Conexão Saúde: De Olho na Covid.

“A Maré foi uma comunidade que abriu as portas para nós. A gente via a valorização das pessoas na saúde mental e o nível alto de estresse, ansiedade, depressão e luto — especialmente devido à covid-19”, diz.

A SAS Brasil ofereceu teleatendimentos gratuitos para tratar da saúde física e mental. Só na Maré e em Manguinhos, foram 3.775 atendimentos até o segundo semestre de 2021 — um projeto pioneiro, gratuito e de amplo alcance na favela.

AFFONSO DALUJA

AFFONSO DALUJA

A JUVENTUDE MAREENSE TAMBÉM PRECISA DE CUIDADOS

Cada mudança ou desafio enfrentado tem um impacto importante na vida do jovem morador de favela. A Rede de Jovens Promotores da Saúde (RAP da Saúde), é um projeto da Secretaria Municipal de Saúde que contribui positivamente no apoio a essa transição.

Mais do que pensar ações de conscientização para meses como o Setembro Amarelo, o RAP é uma ponte que liga a unidade de saúde ao jovem, tornando-o protagonista no próprio território.

Micael Dutra é morador do Piscinão de Ramos e professor do grupo Alakazam. Ele conheceu o RAP ainda criança, participando das rodas de leitura oferecidas pelo Centro Municipal de Saúde Américo Veloso.

“Quando cresci, entrei na equipe como multiplicador e depois, virei dinamizador. Mesmo sendo jovem, é importante ter uma formação na promoção de saúde, num espaço onde você é tratado como responsável pelas atividades. Ali, aprendi que saúde não significa ausência de doença. Antes de entrar na Rede, eu não me conhecia totalmente. Saber

quem eu sou também é uma forma de saúde”, explica.

Milena Dutra, moradora da Roquete Pinto e articuladora territorial, foi cria do RAP assim como seu primo Micael. Hoje ela é apoiadora do grupo.

“A ideia do RAP é a gente ser capacitado nas instituições da favela e dar informações de saúde para jovens em vulnerabilidade, seja por meio da música, da aula de teatro ou de uma conversa”, diz.

Hoje, 20 jovens selecionados aprendem sobre diversos temas em saúde e multiplicam as informações para mais adolescentes em seus territórios. Milena reforça que “mais do que multiplicar, a ideia é que o jovem entenda o que é saúde, que a gente precisa se cuidar, se amar e como isso pode melhorar a própria consciência no dia a dia”.

Stallone Abrantes é psicólogo e atende jovens na ONG Luta Pela Paz (LPP) na Maré há quase cinco anos. Ele conta como o vínculo esportivo pode ser um recurso importante para o jovem “colocar para fora” o que está passando. Segun-



RAP da Saúde tem 20 jovens que aprendem e multiplicam informações



Milena Dutra, moradora da Roquete Pinto, é articuladora territorial

do ele, a família nem sempre é a primeira a saber.

“Garantir a saúde mental envolve o jovem ter emprego e alimentação, e acesso à saúde, ao lazer e às práticas comunitárias. Por exemplo, vi um jovem descobrir que podia perder a visão, um problema físico. Isso o deixou com medo de não conseguir atendimento hospitalar, desencadeando uma questão de saúde mental. Ao fortalecer esses sistemas, vamos diminuir a possibilidade de adoecimento no campo psicológico”, explica Stallone.

VOCÊ SABIA?

O atendimento público é o principal meio através do qual os mareenses obtêm cuidados psicológicos e psicossociais, da primeira consulta ao acesso a medicamentos gratuitos.

No Sistema Único de Saúde (SUS) existe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com serviços e espaços que dão apoio integral e gratuito para quem precisa de atendimento psicológico. A rede abrange os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UAs) e os leitos de atenção integral (em hospitais gerais e nos CAPS III).

Trabalhando junto à

RAPS, estão organizações locais que contribuem para a redução de danos da população mais vulnerável. **Vanda Canuto** é cria da Vila do Pinheiro e coordenadora do Espaço Normal — Espaço de Referência sobre Drogas na Maré.

Esse equipamento da Redes da Maré recebe diariamente cem pessoas, em média, e tem como objetivo ser um espaço de convivência (pessoas que estão em situação de rua e que têm questões de saúde mental são acompanhadas por outros equipamentos públicos de saúde).

O espaço não oferece assistência psicológica e funciona na verdade como ponte. A ideia é ampliar os cuidados através do exercício dos direitos da população invisibilizada dentro e fora da Maré, e dar voz e lugar a quem não tem acesso à saúde ou mesmo informação necessária.

Vanda conta que “tem pessoas que precisam ser encaminhadas para o CAPS. Já outras, a gente entende que a saúde mental envolve a questão socioeconômica, ou que o sofrimento delas é causado pela falta de políticas públicas. Com um atendimento voltado para educação, arte, cultura, trabalho e renda, conseguimos fazer com que a pessoa consiga lidar com o problema de outra forma.”

AFFONSO DALUA

AFFONSO DALUA

SAIBA ONDE ENCONTRAR APOIO PSICOLÓGICO

Conheça instituições públicas que oferecem atendimento psicológico e organizações locais que são espaços de acolhimento integral para diferentes públicos do Conjunto de Favelas da Maré

COMO AJUDAR UMA PESSOA COM QUADRO DE DOENÇA MENTAL E NA PREVENÇÃO DE SUICÍDIO:

- Tente saber se ela já possui algum fator de risco (depressão, transtorno bipolar, alcoolismo e abuso/dependência de outras drogas, transtornos de personalidade e esquizofrenia)
- Evite julgamentos
- Preste atenção às atitudes e emoções
- Incentive o tratamento psicológico e ofereça-se como acompanhante

FIQUE ATENTO AOS SINAIS DE ALERTA

- Preocupação ou medo constantes
- Fuga de contato com a família e amigos, evitando atividades sociais
- Tristeza e depressão profunda
- Pensamento confuso ou problemas de concentração e aprendizagem
- Mudanças extremas de humor, incluindo euforia ou raiva incontrolável
- Mudanças no sono, constante sensação de cansaço e pouca energia

ONDE BUSCAR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NA MARÉ**ESPAÇOS MÉDICOS PÚBLICOS****CAPSI II VISCONDE DE SABUGOSA**

Avenida Guanabara, Praia de Ramos, s/n — Ramos.
Horário: segunda a sexta, das 7h às 17h
Público: crianças e adolescentes

CAPS II CARLOS AUGUSTO DA SILVA (MAGAL)

Avenida Dom Hélder Câmara, 1390 — Manguinhos.
Tel.: 2201-0180 | 97002-1427

Horário: segunda a sexta, das 8h às 17h
Público: adultos com problemas mentais graves e persistentes

CAPSAD III MIRIAM MAKEBA

Rua Professor Lacê, 485 — Ramos.
Tel.: 3889-8441

Horário: 24h, com acolhimento noturno
Público: pessoas usuárias de álcool e outras drogas

ESPAÇOS DE APOIO/ACOLHIMENTO**CENTRO DE CIDADANIA LGBT/ CASA DA DIVERSIDADE SEXUAL GILMARA CUNHA**

Rua Marcelo Machado, 51 — Nova Holanda.
Tel.: 97201-4477

Horário: segunda a sexta, das 9h às 17h
Público: LGBTQIAP+

CASA DAS MULHERES DA MARÉ

Rua da Paz, 42 — Parque União.

Tel.: 3105-5569 | 3105-4767

Atendimento sócio jurídico e psicológico gratuitos

Horário: sábado, das 9h às 13h (exceto feriados)

Público: mulheres de todas as idades

ESPAÇO NORMAL

Rua 17 de fevereiro, 237 — Parque Maré.

Tel.: 3105-4767 | Atendimento gratuito

Horário: segundas, quartas, quintas e sextas, das 9h às 15h

Público: pessoas que usam álcool e outras drogas

ESPAÇO SER

Rua Ari Leão, 42 — Parque União.

Tel.: 3867-7703 | 99689-0582

Horário: segunda a sexta, das 8h às 22h

Atendimento psicológico com valor social

Público: todas as idades

ONG LUTA PELA PAZ

Rua Teixeira Ribeiro, 900 — Nova Holanda.

Tel.: 3104-4115 | 3596-8511

Atendimento psicológico para alunos matriculados

Público: crianças, jovens e adultos

TELEATENDIMENTO SAS BRASIL

Atendimento gratuito e online

WhatsApp: 21 99271-0554

Público: jovens, adultos e idosos de periferias

O Encarte Especial sobre Saúde Mental teve o apoio da Fundação Hermès para a sua produção.

Se liga! A 3ª Semana de Saúde Mental da Maré está chegando.

Organizado pela Redes da Maré desde 2021, o Rema Maré promove o debate sobre o acesso da população periférica à saúde mental, assim como os demais direitos essenciais. Desta vez, o encontro gratuito e presencial será nas escolas públicas do território.

Fique atento às redes sociais do Jornal Maré de Notícias para mais informações.

Você também pode ter acesso a cartilha Guia de Saúde Mental produzida pelo Rema Maré no link <https://bit.ly/3ss8yqf> ou pelo QR Code abaixo.



A LUTA PELA MORADIA É COLETIVA

Cartilha ajuda a entender os desafios na busca por moradia digna

JULIA BRUCE E JÉSSICA PIRES

O eixo Direitos Urbanos e Socioambientais da Redes da Maré lançou uma cartilha sobre o *Direito à Moradia na Maré*. A publicação busca apresentar um histórico sobre o direito à moradia no conjunto de favelas, informações sobre direito, como reivindicá-los e reconhecer quando eles são violados.

No Brasil, ter um lugar digno, seguro e adequado para viver é um direito social, inscrito na Constituição Federal de 1988. Esse mesmo direito também é afirmado pelo Estatuto da Cidade, na Lei Federal nº 10.257/2001. Nas favelas e periferias, porém, os desafios para ter e manter um teto sob a cabeça são cotidianos.

SABER É PODER

A cartilha *Direito à Moradia na Maré* foi elaborada a partir de uma formação oferecida a jovens universitários moradores de algumas favelas da Maré. O conteúdo trabalhado abrangeu o direito à cidade e à moradia, além da discussão sobre o processo histórico das ocupações da região. Lançada no Galpão RITMA — Rede de Inovação Tecnológica da Maré no último dia 10 de agosto, foi então apresentada aos moradores da Favela da Galinha e do Tijolinho (Nova Holanda).

A coordenadora do eixo Direitos Urbanos Socioambientais da Redes da Maré, **Shyrlei Rosendo**, explica:

PATRICK MARINHO



O material foi elaborado a partir da discussão de direito à cidade e à moradia e o histórico das ocupações da região

“muitos dos nossos temas vêm da demanda de moradores, como o do direito à moradia, que é discutido pelo Fórum das Associações de Moradores, desde a sua criação, em 2009. A regularização fundiária e os processos de intervenções também marcaram a história da construção do que é o Conjunto de Favelas da Maré hoje”.

Shyrlei acrescenta ainda: “No decorrer do nosso trabalho, já vimos muitos moradores chegarem à Redes da Maré avisando que suas casas estavam a ponto de desabar. Vimos que precisávamos produzir conhecimento sobre o direito à moradia, construir um processo coletivo e entender como o Estado vai possibilitar isso”.

DIREITO À CIDADE

A formação sobre o *Direito à Moradia nas favelas da Maré* aconteceu a no último mês de abril. Além de refletirem sobre determinados temas relacionados ao direito à moradia, os jovens participaram de debates sobre filmes e outras linguagens artísticas como a fotografia e literatura a respeito do processo de urbanização nas favelas no território da Maré.

Foram identificados dados para um estudo que mostrou que o Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal (IDHM) da Maré é de 0,722. O da Gávea, na zona sul do Rio de Janeiro, é de 0,970. Outros dados comparativos coletados: o acesso à moradia na Maré é de 79,19% e na Gávea,

de 95,84%. Em relação à água e saneamento básico, na Maré é de 93,1% e na Gávea, 98,93%. A coleta de lixo na Maré é de 87,18% e na Gávea de 100%.

O estudante de Serviço Social **Arthur Beserra**, de 20 anos, é um dos jovens que fez parte do processo de formação sobre direito à moradia. Ele nos explica: e “a produção da cartilha sobre direito à moradia na Maré é anticapital porque o que a gente produz aqui não é o que geralmente é produzido sobre habitação. Nós que estamos na favela, também somos parte da cidade e queremos efetivar nossos direitos. Aqui, o policial invade nossa casa como quer, a água também invade com as fortes chuvas. Temos problemas com infiltrações,

entre tantas outras violações em que o poder público precisa estar presente.”

Arthur confessa que “A produção da cartilha me deixou muito feliz porque estou conseguindo reverter algo para a nossa comunidade e transmitir conhecimentos para familiares e amigos”.

SURPRESA

A coordenadora do projeto *Direito à Moradia na Maré*, **Fefa Frias**, está à frente da formação dos jovens. “O direito à moradia não é só à casa, é também à infraestrutura, questões sobre assentamentos, o direito a ter acesso a uma rede de esgoto de qualidade e que, realmente, funcione, a transporte, a energia elétrica e ao acesso a serviços públicos, como saúde, educação e lazer”.

O mobilizador e pesquisador do eixo Direitos Urbanos e Socioambientais, **Maurício Dutra**, complementa: “Os moradores ficaram surpresos com a temática do direito à moradia. Eles tomaram consciência de direitos que, até então, pensavam que eram favores. Elogiaram muito a objetividade do conteúdo e a clareza da linguagem da cartilha”. Maurício, compartilhou com Fefa Frias a coordenação do projeto *Direito à Moradia* durante o processo de mobilização e entrega das cartilhas aos moradores.

O MURO

No último dia 10 de agosto, o governador Cláudio Castro anunciou o início de obras em um trecho de 30 quilômetros da Linha Ver-

melha, que desde o início deste ano é administrado pelo governo do estado. Dentre as ditas melhorias está um muro, com 30 centímetros de espessura, a ser construído apenas em algumas áreas da via expressa.

Durante o anúncio da obra, o governador declarou que a nova estrutura serviria para garantir a segurança na via, uma vez que poderia proteger os veículos passantes de balas perdidas vindas de regiões como as favelas da Maré.

As obras incluem ainda recapeamento da pista, iluminação LED nos canteiros centrais e laterais, e a instalação de novas câmeras de monitoramento. A obra faz parte de um projeto da Secretaria Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana, com orçamento de R\$ 70 milhões.

SEM DIÁLOGO

Em 2016, ano em que a cidade do Rio de Janeiro recebeu os Jogos Olímpicos, uma barreira de acrílico foi instalada na Linha Vermelha. Na época, moradores da região e especialistas em urbanismo se dividiram em relação a construção do muro.

O Maré de Notícias não identificou processos de consulta ou participação popular no projeto agora anunciado, ou a publicação dos planos para a obra nos canais oficiais do governo do Estado, com detalhamento orçamentário e possíveis estudos sobre seu impacto para as populações que vivem às margens da Linha Vermelha.



“O direito à moradia não é só à casa, é também à infraestrutura”

Logo após o pronunciamento do governador, o projeto começou a receber críticas, tanto em relação à eficiência na garantia da segurança, mas também, sobre o fato de ser uma medida que invisibilizará as favelas existentes no trecho. Mais uma vez, identificamos o quanto as políticas públicas no campo da segurança pública não reconhecem o direito das populações de favelas e, nesse caso, estamos falando de uma região habitada por 140 mil pessoas.

“A construção de um muro como esse caracteriza uma perspectiva histórica de segregar as favelas do restante da cidade”, destacou **Pâmela Carvalho**, moradora do Parque União e coordenadora do Eixo Arte e Cultura, Memórias e Identidades da Redes da Maré, em entrevista ao portal G1.

O pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) **Ignácio Cano**, acredita que a obra é demonstração da inaptidão estatal para desenvolver uma política de segurança pública eficiente.

“É como um atestado de incapacidade do governo do estado de não conseguir controlar as ações de segurança necessárias. E o muro vem, então, dizer: ‘Olha, como não consigo controlar, vou tentar pelo menos proteger os motoristas que transitam’”, disse ele ao G1.

É fundamental a reflexão sobre de que maneiras o Estado elabora e aplica as políticas e estruturas públicas em determinados espaços na cidade. É preciso pensar e propor o direito à cidade e a moradia de forma coletiva, democrática e considerando as desigualdades sociais do Rio de Janeiro.

Você pode retirar gratuitamente sua cartilha *Direito à Moradia na Maré* na secretaria da Redes da Maré ou ainda baixar uma versão digital em <https://bit.ly/3sF2uuz> ou pelo QR Code abaixo.



DESAFIOS NAS QUADRAS

A luta de projetos sociais, famílias e atletas por apoio nas trajetórias esportivas é diária

HÉLIO EUCLIDES E JORGE MELO

Atletas periféricos precisam enfrentar adversários antes mesmo de entrar no tatame, no ringue, no octógono, na quadra ou em campo. Apesar de levar o nome da favela a outros cantos do Brasil e do mundo, as dificuldades financeiras muitas vezes barram os sonhos. E para as atletas mulheres, a corrida ainda é mais desgastante.

DIFERENÇA GRITANTE

Segundo levantamento do jornal espanhol Marca, a jogadora Marta recebe anualmente cerca de R\$ 1,94 milhão; só por temporada, o salário de Neymar no Paris Saint-Germain era de cerca de R\$ 244 milhões.

“Ainda falta patrocínio para as atletas. O futebol feminino está em ascensão, mas ele tem pouco apoio nas favelas. Sem falar que o tratamento é diferente”, conta **Alessandra Antunes**, de 38 anos, jogadora sênior na Maré.

Esse abismo é confirmado por **Flávio Alves**, técnico de uma escolinha no Rubens Vaz: “Assíduas são apenas quatro meninas. A baixa procura é pelo fato de a sociedade ser preconceituosa e passar isso para as crianças, como se futebol fosse só coisa para homem. Nas escolas os meninos jogam bola e as meninas ficam com o queimado.”

SUPERAÇÃO

Gabriel Ribeiro, de 12 anos, conhecido como Mus-sunzinho, é campeão mundial, pan-americano e brasileiro de jiu-jítsu. Ele deu seus primeiros passos como atleta no projeto Maré Top Team, no Parque União, e já representou a Maré em competições nos Emirados Árabes e nos EUA.

Apesar do currículo, Gabriel não conseguiu acessar o Bolsa Atleta do governo do estado. Sua mãe passa as noites produzindo chaveiros e assessórios para pagar os gastos do filho.

“Ainda bem que temos a parceria do Léo Moura, que paga a academia e a preparação física. Já as inscrições nos campeonatos, as dietas e as viagens, eu que custeio”, conta **Cintia Ribeiro**.

Roberto Custódio, bicampeão brasileiro de boxe e professor no projeto Luta pela Paz, acredita que os financiamentos públicos para o desenvolvimento do esporte ainda são extremamente limitados.

“Por meio dos projetos sociais, crianças e jovens têm acesso à prática de esporte, entre outros benefícios. Além dos projetos, na favela o apoio vem dos familiares e amigos que acreditam no atleta e ajudam o jovem a conquistar seus objetivos”, diz.

SUPORTE

O projeto Tijolino nasceu com 12 tatames na quadra da GRES Gato de Bonsucesso. **Jeferson Costa**, o Mestre Shaolin, é o idealizador do programa que oferece diversos esportes. Ele conta com 15 voluntários e atende 200 participantes.

“O Tijolino tem um olhar, um trabalho diferenciado. Ministramos aulas de desenvolvimento social contra toda forma de homofobia e preconceito. Estamos formando mulheres protagonistas para inspirar mais”, diz ele, que é integrante da primeira Comissão de Direitos das Mulheres no Jiu-jítsu.

Na luta pela conquista de medalhas e cinturões, a campeã mundial **Kaillany Melo**, de 14 anos, precisa passar rifas para garantir sua participação em campeonatos. Ela conta que “poucos têm a oportunidade de competir porque falta dinheiro, já que os pais precisam pagar o aluguel como sustentar as famílias”.

SEMENTE

Outro projeto é o Maré Tá ON, que começou em 2022, com apoio de amigos que desejavam a reforma da quadra da Vila do João. Hoje são oferecidas atividades esportivas além de ginástica para terceira idade e reforço escolar.

Wanderson Gonçalves, o Vandinho, é o presidente do Maré Tá ON e diz estar plantando uma semente: “Fazemos o nosso, desejando a melhor qualidade de vida da população.”

Um dos que passaram pelo projeto é **Pedro Juan**, de 17 anos, que conta com apoio de Wanderson e do técnico Marcelo Negrão. Ele também sofre com a falta de financiamento.

“Às vezes a gente desanima. Conquistei mais de 60 medalhas e três cinturões e, mesmo assim, não tenho patrocínio”. Além de a avó ajudar usando parte da aposentadoria, o atleta ainda vende rifas para conseguir competir.



Mesmo com dificuldades, atletas trazem medalhas para a favela

A FAVELA QUE NUNCA DORME

Remoções e lutas por reconhecimento marcaram as seis décadas de vida da Nova Holanda

HÉLIO EUCLIDES

A favela da Nova Holanda nasceu em 1962, agregando moradores de vários lugares da cidade. Uma população diversificada que formou uma favela única, como uma colcha de retalhos. A população foi fundamentalmente formada por moradores removidos de outros territórios como as favelas Macedo Sobrinho, Praia do Pinto, Morro da Formiga, Morro do Querosene e Morro do Esqueleto. Os moradores sofriam com a perseguição à população mais pobre e com as políticas de erradicação de favelas levadas a cabo pela gestão do governador Carlos Lacerda (1960-1965), do então Estado da Guanabara.

A Nova Holanda foi concebida como um Centro de Habitação Provisória (CHP). Era um local de triagem, construído dentro de um programa que visava muito mais retirar favelados de áreas nobres da cidade do que resolver o problema habitacional.

As unidades eram erguidas em madeira, segundo dois projetos: simples e em dois pavimentos (conhecidos como duplex), hoje chamada de Tijolino. Os alojamentos deveriam ser

temporários; no entanto, as casas transitórias de madeira acabaram por se tornar definitivas.

MADEIRA DE OBRA

Arides Menezes, de 72 anos, é famoso na Nova Holanda graças à sua trajetória no futebol no Campo da Paty. Ele chegou à Maré em 1955. “A favela não foi criada de uma só vez. Antes de morar na Nova Holanda, meus pais eram do Parque Maré, que crescia com as madeiras que eram levadas da obra de construção do CHP”, recorda-se Arides.

Segundo ele, “nesse período o número de palafitas aumentava. Esse crescimento só parou com a construção da Linha Vermelha, em função da ECO 92. Depois, foi criada uma equipe de apoio, que não permitia novas construções no local”.

Alguns moradores foram transferidos para a Cidade de Deus e Vila Kennedy, mas retornaram para a Nova Holanda, pois a favela tinha linhas de ônibus para todo lugar e ficava mais perto do trabalho dos moradores.

“A Nova Holanda é a Torre de Babel e, ao mesmo tempo, o começo de muitas comunidades. Quando a Vila do João nasceu, parte dos

AFFONSO DALLUA



A favela da Nova Holanda foi concebida como um Centro de Habitação Provisória e triagem.

moradores das palafitas da Nova Holanda foi para lá. Depois, com a construção da Vila dos Pinheiros, o restante foi removido”, lembra o antigo morador.

Seu amigo **Hélio Vieira**, de 73 anos, chegou à Maré em 1953 e recorda com carinho do passado. “A Rua Teixeira Ribeiro era famosa, tinha poucos barracos, mas muito movimento por causa do comércio. Ela era a nossa Rua da Alfândega. Existiam muitos campos, como o do Ouro Negro e o do Oriente. O futebol mandava e a vida da criançada era a escola e o campo”, conta.

ASSOCIAÇÃO

Em 1984, Arides trabalhou em uma quermesse e chamou a atenção de Eliana Sousa Silva, fundadora e hoje diretora da Redes da

Maré, que o chamou para compor a Chapa Rosa para a eleição da associação de moradores.

“Ela era conhecida como Eliana do Armarinho e venceu a eleição concorrida contra o Totonho, da Chapa Azul. Naquele tempo era mais difícil, não tínhamos salários e poucos moradores pagavam mensalidade. Um dos nossos avanços foi colocar nomes nas ruas, que antes tinham letra e número”, conta.

Para Arides, “foi um mandado bom. Quando víamos os pontos críticos, ou nos mobilizávamos em mutirão para resolver o problema ou fazíamos ofícios ao poder público”.

A mobilização da associação conseguiu muitas vitórias e melhorias, como a construção de casas de alvenaria por meio de financiamento de material, a reforma de casas atingidas por incêndios e a canalização do valão que passava por onde hoje está a praça da Nova Holanda.

No nosso próximo encontro descobriremos como nasceu a Praia de Ramos. Até lá!



AFFONSO DALLUA

“A Nova Holanda é a Torre de Babel e, ao mesmo tempo, o começo de muitas comunidades.”

RECEITA

BISCOITINHO DE GOIABADA PARA SÃO COSME E SÃO DAMIÃO

INGREDIENTES

- 3 ½ xícara de amido de milho
- 3 ½ de farinha de trigo
- 2 ½ xícara de açúcar refinado
- 500g de margarina
- 500g de goiabada

MODO DE PREPARO

- Em uma vasilha grande, junte os ingredientes secos. Em seguida, adicione a margarina e misture formando uma massa.
- Separe a massa em 4 partes iguais. Em uma bancada lisa, faça bolinhas de mesmo tamanho e espessura.
- Forre uma assadeira grande com papel manteiga e arrume as bolinhas, uma ao lado da outra.
 - Com uma faca, corte a goiabada em quadradinhos.
- Com um boleador ou com o dedo indicador faça uma covinha nas bolinhas e em seguida coloque o quadradinho de goiabada, preenchendo a covinha.
 - Leve para a geladeira por 10 a 15 minutos.
- Em seguida, asse em forno pré-aquecido a 200°C, por 15 minutos.



PICOLÉ

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Criptograma

Em cada quadradinho há um símbolo que representa uma letra. Aí vai uma dica: comece escrevendo as letras do exemplo nos símbolos correspondentes. Quando o passatempo estiver resolvido, aparecerá, nas casas em destaque, o nome dado ao conjunto de camas montadas sobre outras.



Sinônimo de "fechada".	▲	●	■	●	▲	▲
Os elementos que compõem o alfabeto.	■	●	▲	●	▲	■
Resultado de uma partida de futebol.	■	●	▲	★	▲	●
Alarme de ambulâncias.	■	●	●	■	✖	■
Grande concentração de água salgada.	○	C	E	A	N	O
Peça utilizada para cobrir a cabeça.	★	●	▲	■	■	▲
A menor estrutura de um organismo.	★	●	■	■	■	▲

O que é, o que é?

- 1 O que é que fica no meio da cartola?
- 2 O que é que a cigarra faz que o grilo também faz?
- 3 Qual a casca em que ninguém quer pisar?
- 4 O que é que, para usar, tem que requebrar?

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA



#FaçaCoquetel | [f](https://www.facebook.com/editoracoquetel) /editoracoquetel | [@coquetel](https://www.instagram.com/coquetel)

ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br



Solução

- 1 - A letra "t".
- 2 - Canta.
- 3 - A casca de banana.
- 4 - Bambolê.

A	B	E	R	T	A
L	E	T	R	A	S
P	L	A	C	A	R
S	I	R	E	N	E
O	C	E	A	N	O
C	H	A	P	E	U
C	E	L	V	L	A

ERRATA DA CARTILHA DIREITO À MORADIA NA MARÉ:

Na penúltima página: A redação correta no texto referente ao serviço prestado pelo ITERJ é " Realiza o processo de regularização fundiária (titulação de propriedade) e intervenções na solução de conflitos referentes ao processo."

Na última página: O telefone de contato da Secretaria Municipal de Habitação é o número 1046.